

HISTÓRIA & UTOPIAS



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

*Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História*

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

Questões a Respeito do Movimento Baiano de 1798

Ilana Blaj

Universidade de São Paulo

Analisar o movimento baiano de 1798 sob o prisma da abrangência social o que pressupõe, necessariamente, uma reflexão a respeito das classes e camadas sociais envolvidas na sedição, pode parecer, à primeira vista uma discussão dinossáurica. Lembro me sempre de uma entrevista do escritor Eduardo Galeano, cerca de três anos atrás, mais ou menos, quando ele afirmava que se sentia um verdadeiro dinossauro ao falar de revolução, classes sociais, exploração e temas afins em um contexto onde se discutia o pós-moderno e o fim da História. Mas, acho que podemos discutir alguns aspectos do movimento baiano sem grandes culpas uma vez que os dinossauros estão novamente em moda...

Brincadeira à parte, julgo esse debate da mais alta importância pois, no meu modo de ver, é necessária a retomada das análises acerca das revoltas coloniais tanto para iluminar aspectos da história política, social e econômica do período colonial, quanto para discutir determinados elos que costumam ser traçados tomando-se como parâmetro as chamadas inconfidências.

Estou me referindo especificamente, a toda uma construção que parte destes movimentos e, numa visão evolutiva-linear, chega até a Independência. Nesse sentido, as insurreições coloniais, principalmente as do final do XVIII e inícios do XIX são costumeiramente analisadas como patamares, quase que como passos lineares para a independência; é sempre ela que é vislumbrada no final do caminho...¹

Assim, é via 1822 que discutimos 1789, 1798 e 1817; ou seja, o acontecimento em si é esvaziado ou torna-se um mero símbolo de um processo mais profundo, no nosso caso, o da emancipação política.

1 A respeito do elo colônia-nativismo-nação veja-se Rogério Forastieri da Silva, *Colônia e Nativismo: a História como "biografia da nação"*, dissertação de mestrado, São Paulo, USP, 1981

Uma das riquezas do texto do Professor István Jancsó bem como de seus outros estudos sobre a Inconfidência Baiana é justamente o resgate do acontecimento. Já em meados da década de sessenta, no Colóquio sobre História Social, do qual resultou o livro *História Social — problemas, fontes e métodos*, Maurice Crubellier alertava que os historiadores viraram as costas para o acontecimento como se sua eliminação fosse a garantia da objetividade científica. A seu ver, no fundo eliminava-se o homem e o acontecimento passava a ser encarado apenas como um sinal, um mero símbolo. Crubellier propunha então o resgate do acontecimento, sempre inovador e dotado de uma amplitude de conseqüências.²

É justamente esta a tônica dos estudos do Professor István e de outros historiadores que, na última década, retomaram e inovaram as análises a respeito dos movimentos coloniais. O acontecimento é agora visto como pleno de potencialidades. Perscrutando a sua dinâmica, o seu movimento, a sua “história”, pode-se perceber os níveis de tensão existentes, os testemunhos da sociedade, os desejos e anseios dos agentes, os planos pensados que não se concretizaram, os projetos, as mudanças e permanências.³

Toda esta discussão remete a uma outra que é sempre constante no ofício do historiador, qual seja a das fontes. Este texto do Professor István tem como uma de suas proposições básicas o desvendamento de novas fontes documentais para o estudo da revolta baiana, como por exemplo as fontes inquisitoriais. Gostaria que o autor falasse um pouco mais sobre a documentação existente a respeito da Conjura Baiana e os cuidados metodológicos que se deve ter. Os Autos da Devassa e a documentação publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional* ainda são as principais fontes para o estudo do movimento baiano; nesse sentido, quais os cuidados que o pesquisador deve ter no lidar com esta documentação, já que ela traz em si um determinado viés, qual seja, a ótica da repressão. É possível recuperar o movimento baiano de 1798, em suas múltiplas facetas, a partir desta documentação? Que outro tipo de material poderia ser trabalhado?

O texto se inicia por uma análise da chamada fala do poder, da versão do governador D. Fernando José que, em carta a D. Rodrigo de Souza Coutinho, tenta eximir a elite baiana de qualquer participação no processo; seu pensamento fundamenta-se no temor que esta elite teria face a uma provável sublevação da escravaria.

2 Maurice Crubellier, “O Acontecimento em História Social”, in Ernest Labrousse, org., *História Social — problemas, fontes e métodos*, Lisboa, 1973.

3 Exemplo dessa tendência é a tese de doutorado de Afonso Carlos Marques dos Santos, publicada recentemente, *No Rascunho da Nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1992.

O mundo do trabalho sempre foi o limite do pensamento e da ação das elites coloniais. A questão da alforria dos escravos representou uma trava nos planos dos inconfindentes mineiros; em relação à insurreição de 1817 conhecemos dois documentos notáveis, produzidos por agentes ditos antagônicos mas que remetem a este limite.

O primeiro é uma proclamação do Governo Provisório onde os seus membros reconhecem o escravo como propriedade e, nesse sentido, garantem a sua preservação:

*Patriotas, vossas propriedades ainda as mais oppugnantes ao ideal de justiça serão sagradas; o Governo porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela força. Crêde na palavra do Govêrno, ella he inviolavel, ella he santa.*⁴

O segundo, produzido pelas forças da repressão que bloqueavam o porto de Recife, apelava para o fantasma do Haiti a fim de conseguir a rendição dos insurretos:

*O exemplo da Ilha de São Domingos é tão horroroso, e está ainda tão recente, que êle só será bastante para aterrar os Proprietários dêste Continente (...)*⁵

É patente portanto que o mundo do trabalho (e não me refiro apenas aos escravos mas igualmente às camadas populares) representava o limite do pensamento e da ação das nossas elites coloniais.

Em seu texto, o Professor István afirma que eximir a elite do movimento ou, no máximo, imputar-lhe penas mais leves inseria-se “numa postura global que estimulava a integração progressiva da elite colonial nos propósitos reformadores que alicerçavam a política de D. Rodrigo de Souza Coutinho”. Nada a opor, apenas a concordar. Maria Odila Leite da Silva Dias, no seu já clássico artigo “A interiorização da Metrópole (1808-1853)”, analisa justamente este processo de consolidação das elites no interior do Império luso-brasileiro;⁶ Afonso Carlos Marques dos Santos, em sua obra citada, chama a atenção, dentro da crise do Antigo Sistema Colonial, para a vertente do Estado afirmando que ela “viabilizará o Estado Nacional, a partir de um processo de conciliação e assimilação, incorporando o projeto de Império dos estadistas portugueses”.⁷ É o mesmo autor que ainda aponta para “a derrota da idéia

4 *Apud* Carlos Guilherme Mota, *Nordeste 1817. Estruturas e argumentos*, São Paulo, 1972, p. 154.

5 *Idem, ibidem*, p. 59.

6 In Carlos Guilherme Mota, org., *1822: Dimensões*, São Paulo, 1972.

7 Afonso Carlos Marques dos Santos, *op. cit.*, p. 2.

nacional e autonomista frente ao projeto de Império, viabilizado no início do século XIX. Derrota que, passando pelo fracasso do intelectual revolucionário diante do letrado que se amolda aos contornos de um Estado reformista, suscita todo um questionamento sobre o papel da intelectualidade — entendida enquanto consciência limite da apreensão do real — como força transformadora da sociedade.”⁸

Em suma, é no interior das estruturas do poder que a elite colonial vai construindo sua própria dominação. Nesse sentido, como pensar em um projeto único que articulasse, no mesmo movimento, os “homens bons” coloniais com a malta populacional que eles mais temiam, a turba dos homens livres, em sua maioria mestiços, pobres e, inclusive os escravos?

Florestan Fernandes em seu ensaio “A sociedade escravista no Brasil” ressalta que a política de doação de sesmarias, a concentração da propriedade da terra em mãos de poucos representa não apenas a garantia da viabilidade de uma produção mercantil mas também a exclusão da grande maioria da população de qualquer possibilidade de exercício da política. Ao lhes ser negada a propriedade, essa população se vê afastada do poder local e de quaisquer vínculos com o Estado, já que a propriedade era o primeiro requisito para o exercício da cidadania política.⁹ Alfredo Bosi, em “Colônia, culto e cultura”, afirma que “o exercício da cidadania é duplamente limitado: pelo Estado absolutista e pelo esquema interno de forças. O instituto da representação praticamente inexistente, situação que pouco se altera, quantitativamente ao menos, com as independências nacionais no começo do século XIX. No Brasil-Império a centralização administrativa não chega a ser contrastada pelo sistema eleitoral, que é censitário e indireto”.¹⁰

Ora, se a exclusão sistemática da grande maioria da população colonial representava o pensamento e a prática concreta das elites coloniais, como pensar em um projeto único, revolucionário, que articulasse justamente todas essas camadas?

Julgo que esta impossibilidade, e o inegável fato da elite ter participado do movimento, pelo menos no seu início, resultou na elaboração historiográfica que enaltece o papel desta elite na construção da Nação e na maioria dos projetos políticos subsequentes, vertente que o expositor aponta a partir da obra de Francisco Borges de Barros.

Seja enaltecendo o papel desta elite, seja camuflando as diferenças sociais e projetos políticos através da noção nebulosa de povo (como o faz Braz do

8 *Idem, ibidem*, p. 9.

9 Em *Circuito Fechado*, São Paulo, 1976, pp. 34-5.

10 Em *Dialética da Colonização*, São Paulo, 1992, p. 24.

Amaral), o resultado é o mesmo: a construção do elo colônia-nativismo-nação, segundo a feliz formulação já citada de Rogério Forastieri da Silva. Nessa perspectiva o que se acentua é a evolução linear das inconfidências à independência. É o fluxo e não o refluxo.

Há ainda uma outra vertente de análise detectada pelo expositor que no seu dizer, retoma o discurso do poder mas “com os sinais invertidos” ao enfatizar a quase exclusiva participação dos setores populares na conjuração, pelo menos em sua fase final. Partindo de formulações anteriormente esboçadas por Caio Prado Jr., historiadores como Affonso Ruy, Luís Henrique Dias Tavares e Kenneth Maxwell ao acentuarem o caráter popular do movimento, acabam igualmente por excluir a participação de membros dos setores mais representativos da sociedade baiana.

Através da releitura do material existente sobre a conjura, acrescido de uma nova documentação, o Professor István Jancsó traça as tramas dos encontros, reuniões e dos vários vínculos que uniam os indivíduos bem situados como José Borges de Barros, Raimundo Muniz Barreto de Aragão, Francisco Agostinho Gomes e Hermógenes Pantoja entre si e com a própria articulação do movimento. Assim, na conjura baiana teriam participado elementos das diferentes camadas sociais, de diversas gradações, não em situações paralelas (a elite na difusão das idéias e na doutrinação; as camadas populares na prática concreta) mas numa estrutura de articulação dotada de organicidade política onde nos vários encontros e reuniões, nas casas, bares e quartéis teoria e ação teriam caminhado juntas. Daí o movimento ter tido, no seu dizer, “um significado único entre os diversos intentos que, antes de 1808, se propuseram, tentando integrar pensamento e ação, rever a questão do Estado. O fato é que, em situação colonial-portuguesa assemelhada, ensaio similar de aliança de classes nunca chegou a ser, como na Bahia de 1798, esboçada”.

Volto à minha questão anterior: quais as possibilidades concretas desta aliança de classes? Penso que a nível de discurso, de formulação de conceitos e de formas de pensamento a aparência pode remeter a esta imagem de aliança. Porém, se desnudarmos a aparência e tentarmos chegar à essência, se buscarmos matizar esses conceitos articulando-os aos interesses dos agentes sociais, o que nos é exposto é a fragilidade de tal aliança. Liberdade, igualdade, propriedade, fraternidade, palavras de uso quase corrente no ambiente revolucionário de então e que aparecem nos boletins sediciosos afixados em Salvador em agosto de 1798, ganham nova dimensão e significados às vezes antagônicos.

Carlos Guilherme Mota afirma que “é a análise da base social que torna possível a compreensão do surgimento, veiculação ou adaptação de conceitos e

expressões”.¹¹ Ora, ao encetarmos este trabalho de buscar os significados desses conceitos e formas de pensamento articulando-os aos interesses das várias camadas sociais, o que nos é revelado é antes a divergência do que a convergência.¹² Daí, talvez, a retração da própria elite no decorrer do movimento. A partir disto podemos entender também a proposição de preservação do governador Dom Fernando. Eu diria, utilizando os conceitos de Lucien Goldmann que chegamos ao limite da consciência possível dos membros da elite envolvidos na conjura.¹³

A conciliação com a Metrópole, o reformismo dentro do sistema (cujo maior expoente talvez seja Vilhena em suas Notícias Soteropolitanas) representam o caminho a ser seguido. Neste sentido, o movimento baiano, justamente pelo perigo do aprofundamento que representa, pela impossibilidade de articulação em um mesmo projeto de visões de mundo e de interesses divergentes, longe de significar um caminho para a independência representa o seu refluxo. Em seu estudo “A Política”, Kenneth Maxwell atesta que “os manifestos baianos de 1798 confirmavam que os estribilhos da Revolução Francesa propagados numa sociedade como a da América Portuguesa, acarretavam consigo os perigos da insurreição racial — perigos que a Revolução Americana, inspiradora dos conjurados de Minas, não trouxera. Depois de 1792, tanto os grandes senhores de escravos das plantações do litoral como os castigados mineiros estavam preparados para um acordo com a metrópole. Mais ainda do que as reformas e a reorganização propostas por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a instalação da monarquia no Brasil era um compromisso bem-vindo e esperançoso que oferecia a mudança política sem a desintegração social”.¹⁴

Voltamos assim, nas palavras do Professor István, à “poderosa imagem” da “interiorização da Metrópole” que representa, a meu ver, justamente o refluxo das propostas mais radicais e, portanto, a vitória da vertente da conciliação. Daí a nossa independência ter sido, tanto na sua forma quanto no seu conteúdo, a mais conservadora possível.

Finalmente uma última questão. Parece-me que o debate acerca da abrangência social da Inconfidência Baiana prossegue por outros caminhos.

11 In *Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801)*, 3ª ed., São Paulo, 1989, p. 52.

12 Harold J. Laski aliás, discute que liberdade-igualdade, em sociedades estratificadas e desiguais, é antes uma antítese que um binômio; veja-se do autor *O Liberalismo Europeu*, São Paulo, 1973.

13 Lucien Goldmann, “Consciência Real e Consciência Possível. Consciência Adequada e Falsa Consciência”, in *Dialética e Ciências Humanas I*, Lisboa, 1972.

14 In *O Império Luso-Brasileiro: 1750-1822*, coordenação de Maria Beatriz Nizza da Silva, Lisboa, 1986, pp. 381-2.

Em recente artigo, Kátia de Queirós Mattoso conclui que “o levante aparece como circunscrito no meio das categorias médias e médias baixas, essencialmente compostas por livres e libertos, brancos e mestiços”.¹⁵ A autora nega, inclusive, qualquer projeto de mudanças radicais por parte destas camadas fundamentando esta sua análise na inexistência, por exemplo, de uma intenção abolicionista. Nas palavras da autora: “liberdade que é, porém, liberdade sua e não a dos cativos, não reconhecidos nem como irmãos, nem como iguais”.¹⁶

Já Luís Henrique Dias Tavares registra os depoimentos de dez escravos presos e incluídos nas devassas. Em quase sua totalidade estes escravos atestam que ingressaram no movimento pois lhe fora dito que se tratava de um levante que teria como uma das suas metas a libertação dos cativos.¹⁷

A partir deste último debate eu diria que, mesmo continuando a confinar a revolta baiana no âmbito das camadas populares, há uma tendência que põe em xeque inclusive o avanço social deste movimento, questionando sua faceta mais radical. Assim, partimos de uma análise que se inicia excluindo as elites através do prisma da integração aos projetos de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho; passamos por um enfoque que dota a elite de toda uma ação revolucionária na vertente da construção da Nação, no elo “colônia-nativismo-nação”; chegamos aos estudos que acentuam, quase que exclusivamente, o caráter popular da conjura e hoje, parece-me que mesmo este caráter popular enquanto discurso e práticas radicais está sendo questionado. Ou seja, novamente e sempre a questão fundamental é a da abrangência social do movimento. Daí eu achar que o Professor István foi muito modesto em denominar o seu texto de “Adendo à discussão da abrangência social da Inconfidência Baiana de 1798”. Não é um simples adendo mas é o cerne da discussão em si.

15 “Bahia 1798: Os Panfletos Revolucionários. Propostas de uma Nova Leitura”, in *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*, org. Osvaldo Coggiola, São Paulo, 1990, p. 346.

16 *Idem, ibidem*, p. 349.

17 Luis Henrique Dias Tavares, “Escravos no 1798”, in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº 34, 1992.